



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

|                              |                                    |
|------------------------------|------------------------------------|
| <b>Processo TC</b>           | 5781/989/16                        |
| <b>Poder</b>                 | LEGISLATIVO                        |
| <b>Município</b>             | Itupeva                            |
| <b>Entidade</b>              | CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPEVA        |
| <b>Período</b>               | 06/2017                            |
| <b>Relator</b>               | Dr. Renato Martins Costa           |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS |
| <b>Responsável</b>           | ERIVALDO EVANGELISTA CAMPOS        |
| <b>Cargo</b>                 | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL     |
| <b>CPF</b>                   | 075.302.608-20                     |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2017 a 31/12/2020            |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Comunique-se que a despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,0564%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

### 1.2 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Alerte-se que, embora a situação da liquidez projetada para o exercício apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, ensejando acompanhamento para que a situação projetada se mantenha favorável.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 18/08/2017

**Hora da Geração:** 21:55:14